



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

CARTA-CONTRATO Nº 10/2010

Processo Administrativo nº 09/10/38.422

Interessado: Secretaria Municipal de Finanças

Modalidade: Convite nº 005/2010

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS** inscrito no CNPJ – 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta n.º 200, Centro – CEP 13.015-904, Campinas – Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **TOP FLOOR LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.691.074/0001-47, por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente carta-contrato tem por objeto serviços de raspagem e aplicação de verniz sobre tacos de madeira, incluindo recomposição das partes necessárias, do 8º andar do Paço Municipal, em conformidade com o Anexo I – Projeto Básico e nas condições estabelecidas nesta Carta-Contrato.

SEGUNDA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. A presente contratação vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias, divididos em 2 (duas) etapas de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da “Ordem de Início dos Serviços” expedida pelo Departamento de Gestão Predial da Secretaria Municipal de Administração, após a assinatura deste instrumento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

2.2. A prestação dos serviços, objeto desta contratação, deverá ser executada em conformidade com o estabelecido no Projeto Básico – Anexo I da Carta-Convite nº 005/2010, que passa a fazer parte integrante da presente Carta-Contrato.

TERCEIRA – DOS PREÇOS E DO VALOR DA CARTA-CONTRATO

3.1. Pela prestação dos serviços, objeto da presente Carta-Contrato, faz jus a CONTRATADA o recebimento dos seguintes valores:

SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DOS TACOS DE MADEIRA INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QTD	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	Levantamento e avaliação das condições do piso existente.	1	VB	0,00	0,00
2	Promover o Isolamento total das áreas com uso de tapume ou lona, separando a área a ser recuperada da parte habitada do pavimento.	1	VB		250,00
3	Fechamento com argamassa de todas as caixas de telefonia dispostas sobre o piso, incluindo a recomposição dos tacos de madeira nestes locais	1	VB		180,00
4	Recomposição dos tacos de madeira onde os mesmos estiverem podres, soltos, gastos, faltantes, etc.	1	VB		300,00
5	Promover colagem e calafetação dos tacos, com uso de cola bi-componente de secagem rápida, própria para madeira, (tipo PU), pigmentada no tom do taco. Ver indicação (área hachurada no desenho do pavimento com 700,00 metros quadrados).	60	VB	60,00	3.600,00
6	Fornecimento e instalação de rodapés de madeira (perobinha 1,50cm x 1,50cm), no entorno dos pilares e paredes de mármore.	80	M	7,00	560,00
7	Raspagem e polimento de tacos, com e aplicação de 04 (quatro) demãos de verniz bi-componente a base de água, desenvolvido para áreas com tráfego intenso, atóxico, não inflamável, de secagem rápida, 100% Poliuretano, acabamento semi-brilho/fosco (referência BONA Traffic).	650	M2	42,00	27.300,00
8	Raspagem polimento e aplicação de 04 (quatro) demãos de verniz a base de água nos rodapés.	80	M	2,00	160,00
9	Instalação de feltros de proteção nos pés dos móveis.	1	VB		100,00
10	Reorganização dos móveis nas áreas trabalhadas.	1	VB		800,00





3.2. As partes atribuem a esta Carta-Contrato, para efeitos de direito, o preço global de R\$ 33.250,00 (trinta e três mil, duzentos e cinquenta reais).

3.3. Os valores definidos nesta cláusula incluem todos os custos, tributos e despesas diretas e indiretas decorrentes do presente contrato, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços.

QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE procederá ao pagamento nas seguintes condições:

4.1.1. A Contratada apresentará ao Departamento de Gestão Predial – DPG da Secretaria Municipal de Administração, as faturas referentes aos serviços prestados, que somente poderá ser emitida após a efetiva entrega do serviço e autorização do DPG, o qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para aceitá-la ou rejeitá-la.

4.1.2. A fatura não aprovada pelo Departamento de Gestão Predial - SMA será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a partir da data de sua reapresentação.

4.1.3. A devolução da fatura não aprovada pelo Departamento de Gestão Predial – SMA em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda o serviço.

4.1.4. A Secretaria Municipal de Finanças procederá ao pagamento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data da aprovação da fatura pelo Departamento de Gestão Predial – SMA.





4.2. A Contratada deverá indicar em sua fatura o nº, nome e endereço de sua agência bancária e o nº da sua conta corrente.

QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. Apresentar ao CONTRATANTE, cópia autenticada da Declaração de Inscrição Cadastral (DIC), conforme Decreto Municipal nº 14.590 de 26/01/2004, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura desta Carta-Contrato, sob pena de retenção dos pagamentos devidos;

5.1.2. Executar os serviços em conformidade com o Projeto Básico da Carta-Convite 005/2010 após o recebimento da Ordem de Início de Serviço;

5.1.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

5.1.4. Responsabilizar-se por todos as perdas e danos referentes à execução dos serviços.

SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.1.1. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços;





6.1.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos termos da Cláusula Quarta do presente instrumento;

6.1.3. Expedir a Ordem de Início de Serviço.

SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

7.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente;

7.1.2. Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Início dos Serviços, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

7.1.3. Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado em iniciar as obras, serviço, ou realizar o fornecimento, incidente sobre o valor da ordem correspondente, após a retirada da ordem de serviço ou de fornecimento, podendo resultar na rescisão unilateral do contrato pela Administração.

7.1.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor total da fatura mensal, sempre que, em verificação mensal, for observado atraso injustificado no desenvolvimento das obras ou serviço em relação ao cronograma físico, ou for constatado descumprimento de quaisquer das outras obrigações assumidas pela





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

CONTRATADA, podendo resultar, em caso de reincidência, na rescisão unilateral do contrato pela Administração.

7.1.5. Em caso de rescisão unilateral do contrato pela Administração, decorrente do que prevêm os subitens 7.1.2 a 7.1.4, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, de acordo com a gravidade da infração.

7.1.6. Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Campinas, bem como impedimento de com ele contratar, ou declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave, tais como apresentar documentação inverossímil ou cometer fraude, ambos por prazo de até 02 (dois) anos, independentemente da aplicação de outras penalidades previstas neste item.

7.1.7. Nos casos de declaração de inidoneidade, a licitante poderá, após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a licitante ou contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

7.2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

7.3. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a CONTRATADA de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao CONTRATANTE.

7.4. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei federal nº 8.666/93.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

8.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

8.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada; ou

8.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

8.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

8.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

NONA - DO RECEBIMENTO





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

- 9.1. O recebimento e aceitação do objeto desta Carta-Contrato será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 10.1. Os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis.

DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 11.1. A despesa referente ao valor da presente Carta-Contrato está previamente empenhada e processada por conta e verba própria do orçamento vigente, codificada sob o número:051000.05120.04.122.1009.4188.1002.339039.0101100000, conforme fl. 255 do processo.

DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. Aplica-se a esta Carta-Contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

DÉCIMA TERCEIRA - DA LICITAÇÃO

- 13.1. Para a prestação de serviços de raspagem e aplicação de verniz sobre tacos de madeira, incluindo recomposição das partes necessárias, do 8º andar do Paço Municipal, objeto da presente Carta-Contrato, foi realizada licitação na modalidade Convite nº 005/2010, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo nº 09/10/38.422.

DÉCIMA QUARTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO A CARTA-CONVITE E À PROPOSTA





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

14.1. A presente Carta-Contrato vincula-se ao instrumento convocatório da licitação e à proposta da CONTRATADA de fls. 247 do Processo Administrativo n.º 09/10/38.422.

DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO

15.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução da Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação exigidas na licitação.

DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Para dirimir quaisquer questões oriundas desta Carta-Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campinas, excluindo qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 19 de Fevereiro de 2010.

PAULO MALLMANN

Secretário Municipal de Finanças

TOP FLOOR LTDA. – ME

Representante Legal: Manuel Joaquim Soares Pereira

RG n.º 363902 DPMF/DF

CPF n.º 384.350.398-20

